

JACKELINE DE ALMEIDA SAMPAIO

**SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM SÃO GONÇALO:
UMA ANÁLISE DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA DO ASSENTAMENTO DE VILA ESPERANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes Ponte

Rio de Janeiro

2015

JACKELINE DE ALMEIDA SAMPAIO

**SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM SÃO GONÇALO:
UMA ANÁLISE DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA DO ASSENTAMENTO DE VILA ESPERANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes Ponte

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes Ponte

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

Rio de Janeiro

2015

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade de chegar até aqui.

À minha família por todo amor incondicional e ao meu esposo Bruno Passos por todo apoio e companheirismo. Dedico agradecimentos especiais ao Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais pela oportunidade de me aproximar desde a graduação com o tema da questão habitacional e ampliar o meu olhar para a luta pela moradia.

Ao IPPUR como um todo pela oportunidade de ampliar meus conhecimentos sobre os temas inerentes ao Planejamento Urbano e aos meus companheiros de turma pelos quentes debates em sala de aula.

Ao meu orientador Dr^o Juliano Pamplona por toda a dedicação e afincamento no processo de ampliar e direcionar o meu olhar no curso desta pesquisa.

Aos meus queridos amigos que tanto me apoiaram a concluir esta etapa pois sabem que ela significou muito pra mim.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo refletir o processo histórico de segregação urbana nas áreas periféricas das cidades. No entanto, temos como recorte espacial o município de São Gonçalo, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, no intuito de fazer um contraponto com as áreas onde estão localizados os assentamentos precários do Município, dando enfoque de análise para a Experiência de Projeto de Regularização Fundiária do Assentamento Precário de Vila Esperança que disponibilizou da assessoria técnica para tal da Universidade Federal Fluminense através do Núcleo de Projetos e Estudos Habitacionais- Nephu.

Para tanto faremos primeiramente uma discussão sobre a relação entre a força de trabalho e o ambiente construído, ou seja, sobre o operariado e os custos relativos à sua moradia e observaremos que o Estado atual e historicamente apoia os espaços de investimentos criados pela espera privada e assim, os investimentos públicos dão subsídios a lógica da valorização e especulação do sistema imobiliário construído. No capítulo II, através do resgate bibliográfico, nosso objetivo é traçar um breve panorama da oferta de serviços públicos Municipal e no Assentamento precário de Vila de Esperança e discutir as formas mais comuns de caracterizar a heterogeneidade das formas de habitações precárias no país. No capítulo 3, estudaremos a experiência de Projeto de Regularização Fundiária do Assentamento Precário de Vila Esperança, buscando apresentar e refletir seus impasses, benefícios e formas de organização comunitária.

Palavras-chave: Assentamentos precários urbanos, Regularização Fundiária, São Gonçalo, Segregação Urbana.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à refléter le processus historique de la ségrégation urbaine dans les zones périphériques des villes. Cependant, nous zone spatiale comme la ville de São Gonçalo, la région métropolitaine de l'État de Rio de Janeiro, afin de faire un contrepoint aux zones où se trouvent les bidonvilles de la ville, donnant approche analytique au projet Expérience Régularisation de la colonie de Slum Village of Hope, qui a fourni des conseils techniques uniquement avec l'Université fédérale Fluminense par le Centre de recherche et d'études Habitacionais- Nephu. Pour ce faire nous allons d'abord discuter de la relation entre la population active et l'environnement bâti, ce est de la classe ouvrière et les coûts liés au logement et observer l'état actuel et soutient historiquement investissements espaces créés par les espoirs et privés Ainsi, les investissements publics subventionnent la logique de la récupération et de la spéculation dans le système immobilier intégré. Dans le chapitre II, par la rédemption bibliographique, notre objectif est d'attirer un bref aperçu des services municipaux d'approvisionnement et le règlement précaire de Hope Village et discuter de la caractérisent formelle la plus commune de l'hétérogénéité de l'habitat indigne dans le chapitre país.No 3, étudier l'expérience du projet Land Régularisation de Slum Village de localité, en cherchant à présenter et tenir compte de ses impasses, les avantages et les formes d'organisation de la communauté.

Mots-clés: les quartiers urbains pauvres, régularisation foncière,, São Gonçalo, Ségrégation urbaine

SUMÁRIO

Apresentação	8
Introdução	10
Capítulo 1- Um breve reflexão sobre o processo de segregação sócio espacial nas cidades	11
1.1 Segregação social e infraestrutura urbana.....	21
Capítulo 2- O processo de formação histórica do município de São Gonçalo – RJ	37
Capítulo 3- O processo de Regularização Fundiária do Assentamento Precário Vila Esperança	44
3.2 – A experiência de Projeto de Regularização fundiária do Assentamento Vila Esperança.....	45
Considerações Finais.	51
Referências	56

Apresentação

No ano de 2011 ingressei como bolsista de extensão no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos – NEPHU, coordenado pela professora Dr^a Regina Bienenstein, e nessa primeira inserção tive a oportunidade de participar do projeto de Regularização Urbanística e Fundiária da Comunidade de Vila Esperança, Comunidade Pica-Pau e outra denominada Conjunto Democrático, todos localizados em São Gonçalo e ainda um pouco mais adiante participei da elaboração do Plano Popular de Vila Autódromo, comunidade localizada em Jacarepaguá, projeto que mostra o desejo e a viabilidade da comunidade permanecer no lugar onde construíram a sua história e seus laços de amizade sem haver a necessidade de ser removida.

Em 2012, após o meu retorno do intercâmbio que fiz em Portugal, retornei ao Nephu e fui convidada a atuar como estagiária no Projeto de Habitação Popular da Ocupação Mama África localizada no bairro São Domingos em Niterói e neste projeto permaneci até meados de 2014, ano no qual ingressei no Projeto de reordenamento do solo da comunidade Praia do Cassinú, denominada anteriormente por Favela do Gato e também localizada em São Gonçalo.

Assim, através desses anos, pude obter certa aproximação com assentamentos precários através de minha atuação como estagiária em Serviço Social e depois de formada como bolsista na mesma área.

Nesse sentido, foi um tanto rica a oportunidade de aproximação com esse tema e sendo ainda maior a minha inserção em assentamentos precários no município de São Gonçalo foi o que despertou, por sua vez, na pesquisa acerca das desigualdades sócio espaciais que atingem o mesmo.

Essa monografia (título) expressa uma parte do conhecimento adquirido através dessas atuações citadas acima, seja através de levantamentos de campo, contato com a população em assembleias, reuniões, plantões, etc. a troca com uma

equipe multidisciplinar, bem como trabalhos já apresentados em eventos durante este tempo e ainda destaco a importância do Programa de pós-graduação lato-sensu em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUR/ UFRJ, no qual abriam meu horizonte acerca do debate sobre o planejamento urbano através do contato com vasta referência bibliográfica durante o curso das aulas.

Sendo assim como moradora de São Gonçalo e com certa experiência em assentamentos¹ precários no município, despertou-me ainda mais a curiosidade de compreender, através de estudo, o processo históricos e agentes econômicos, políticos e culturais que acentuam a tamanha desigualdade existente em um município de considerável população e que historicamente, dentro do Estado do Rio de Janeiro, outrora foi um município com grande potencial econômico.

Nesse sentido, o recorte do meu estudo se dá nos assentamentos precários, mais especificamente nos assentamentos de Vila Esperança e Praia de Cassinú, duas experiências na área de Regularização Fundiária, sendo que o primeiro assentamento não obteve o seu processo de Regularização concluído e o segundo foi regularizado há mais de 30 anos, sendo atualmente “esquecido” pelo Poder Público Municipal e retornando a situação de irregularidade urbanística, a respeito das quais relatarei suas respectivas histórias e experiências no decorrer deste trabalho.

¹A definição de assentamentos precários, aglomerados subnormais veremos mais atentamente no capítulo 2

Introdução

Esse presente estudo tem como objetivo analisar a dinâmica sócio-espacial através da dinâmica imobiliária no município de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com ênfase mais específica para uma discussão dos assentamentos precários do mesmo, com uma análise sobre a experiência de Projeto de Regularização Fundiária no assentamento de Vila Esperança.

Nosso intuito é primeiramente refletir sobre a partir da luz da Teoria Social Crítica o mecanismo de concentração de riqueza em determinadas partes da cidade de classe média e alta, concentrando nestas o grande percentual da oferta de infraestrutura e equipamentos urbanos, onde seus imóveis construídos são sobrevalorizados e ofertando infimamente os mesmos serviços às localidades onde encontram local de moradia a população de baixa renda.

Assim, partimos do princípio de que as estratégias de localização das classes trabalhadoras populares, foram ao longo da história de formação das cidades brasileiras restringidas aos espaços os quais o setor imobiliário ainda não utilizou para suas formas de mercantilização, estabelecendo assim a dinâmica das disparidades de concentrações espaciais, onde a auto construção nos assentamentos precários constitui estratégia para a população de baixa renda.

Nesse sentido, buscaremos caracterizar as diferenças conceituais e estruturais entre assentamentos precários, favelas, cortiços e aglomerados subnormais, com o intuito de melhor compreender a heterogeneidade habitacional existente na sociedade brasileira. Após essa caracterização faremos uma breve análise dos dados socioeconômicos do Município de São Gonçalo e do Assentamento de Vila Esperança objeto de nosso estudo, com vistas a conhecer o perfil territorial e social dessa parcela populacional.

No capítulo II faremos um breve levantamento histórico e atual da oferta de infraestrutura urbana e serviços públicos no município de São Gonçalo, como

estratégia de melhor visualizarmos esse panorama, ainda que não tão aprofundado neste estudo e analisarmos assim, seus principais problemas urbanos.

No capítulo III e último, traremos uma experiência de Projeto de Regularização Fundiária do Assentamento de Vila Esperança, localizado do Município de São Gonçalo. O estudo desta experiência tem como objetivo refletirmos sobre esse importante instrumento jurídico garantido pela Lei Federal nº 11.977/2009, como estratégia de garantia de direitos a uma moradia com segurança jurídica e forma de minimizar as desigualdades espaciais, proporcionando assim, quando feito de forma Plena, a articulação com a execução de obras de urbanização e implantação de serviços públicos e equipamentos comunitários, além da recuperação de áreas degradadas e preservação ambiental, conforme as Diretrizes do Ministério das Cidades.

Ainda neste capítulo buscaremos mostrar as dificuldades encontradas para a efetivação desse direito à Regularização Urbanística e a importância da mobilização e participação social como forma de emancipação social e pressão política.

Capítulo I – Um breve reflexão sobre o processo de segregação sócio espacial nas cidades

Este trabalho discute a relação entre a questão urbana, questão social e suas repercussões ao longo do processo de formação das cidades brasileiras e para tanto, nos debruçamos em autores clássicos e contemporâneos buscando compreender a segregação urbana como uma das faces da Questão Social². Entendemos que a sociedade estratificada em classes sociais e a desigualdade social se reflete diretamente sobre o contexto urbano, nas formas de moradia das

²De acordo com Marilda Yamamoto(2000, p.26) a “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade

populações pauperizadas, seus locais e campos de trabalho e a infraestrutura urbana que atende a essa população

O contexto brasileiro, ao longo da formação de suas cidades foi reproduzindo o quadro de desigualdade social em seu território, onde, de acordo com Alfonsín (1997), a concentração da riqueza através da centralização da infraestrutura e equipamentos urbanos em bairros de classe média e alta, relegou os espaços onde reside a população de baixa renda à privação de investimentos públicos.

A esta população resta apenas ocupar terrenos ociosos, públicos ou privados, para poder exercer mais trivial direito do ser humano, o direito de morar(ALFONSIN, 1997).

Tais ocupações resultam no crescimento de assentamentos humanos autoconstruídos, onde chegam a morar, de acordo com a autora citada, mais de 1/13 da população brasileira.

A autora caracteriza tais assentamentos como ocupações não planejadas e sem assessoria técnica do solo, habitações precárias e carência de infraestrutura, irregularidade urbanística e jurídica, possuindo assim, os moradores apenas a posse do terreno, ao invés do título em relação a ele (ALFONSIN, 1997), no entanto, pensamos que juridicamente, a posse estável, com regularização fundiária, pode ser considerada uma estratégia social e economicamente válida de garantia do direito à moradia.)

Já o IBGE, utiliza o termo “aglomerado subnormal”), para qualificar os conjuntos constituídos por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

São Gonçalo pertence à Região Metropolitana, que também abrange os municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí,

Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.³

Em 2010, de acordo com o Censo, São Gonçalo tinha uma população de 999.728 habitantes, correspondente a 8,4% do contingente da Região Metropolitana, com uma proporção de 90,6 homens para cada mulheres. A densidade demográfica era de 4.035,9 habitantes por km², contra 2.221,8 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 99% da população. Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 12,2%, o 40º maior crescimento no Estado.⁴

Neste mesmo ano de levantamento, o mesmo município possuía 22 assentamentos considerados subnormais pelo IBGE, sendo o Aglomerado Subnormal do Menino de Deus o que possui o maior número de domicílios particulares dentro deste município, totalizando 637 unidades e em 2º lugar a Linha do Trem com 354 e em 3º lugar, Vila Esperança com 316 domicílios.

E no intuito de refletir a respeito da desigualdade no acesso à terra, e no processo de ocupação de áreas vazias na cidade sem assessoria técnica prévia, buscaremos compreender os possíveis avanços e dificuldades da população de baixa renda nos processos de Regularização Fundiária nos assentamentos precários de São Gonçalo.

No contexto da industrialização das cidades latino – americanas, segundo Ivo (2010), os conflitos originaram-se na estratificação dos trabalhadores em classes sociais e assim continua sendo, através das transformações mais recentes no mercado de trabalho e no papel redistributivo do Estado social.

³ De acordo com o documento: Estudos Socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Acesso através do link <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf> em 06-04-2015.

⁴ De acordo com o Censo do IBGE Citado pelo documento: Estudos Socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Acesso através do link <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf> em 06-04-2015.

Nesse sentido, a questão social, oriunda das contradições entre capital e trabalho se reflete também no contexto urbano através da segregação urbana, precarização dos serviços públicos nas zonas periféricas, desigualdade habitacional e etc.

Concordamos com Gonçalves (2012, p.50) quando o mesmo afirma a necessidade de se refletir sobre a segregação socioespacial na contemporaneidade, para elucidar as “suas possibilidades diversas de apreensão em termos de análise da estrutura social nas suas diversas escalas e pensar as políticas públicas como um conjunto de medidas propulsoras ou mitigadoras desse processo”, e por isso também é essencial analisar a categoria trabalho, para esse entendimento.

Nesse sentido, concordamos com David Harvey (1982, p.7) quando o mesmo reflete sobre o processo de dominação do trabalho pelo capital, onde este percebe a relação da reprodução da força de trabalho e o ambiente construído, a moradia:

A dominação do trabalho pelo capital é básica para o modo capitalista de produção. Afinal, sem ela a mais-valia não poderia ser extraída e a acumulação desaparecida. Disso decorrem as mais variadas consequências e apenas nesses termos será possível compreender as relações entre o trabalho e o ambiente construído. Talvez o fato único mais importante a ser considerado é que o capitalismo industrial, pela reorganização do processo de trabalho e pelo advento do sistema fabril, força a separação entre o local de trabalho e local de reprodução e consumo. A necessidade de reprodução da força de trabalho é assim traduzida num conjunto específico de atividades de produção e consumo dentro da unidade familiar, numa economia doméstica que, se quiser funcionar bem, requer valores de uso sob a forma de ambiente construído.

Compreendemos assim, de acordo com o mesmo autor (1982, p.8) que “a força de trabalho necessita de um espaço para viver. A terra é, portanto, uma condição de vida para a força de trabalho, da mesma maneira, que é uma condição de produção para o capital”, no entanto, devido ao alto custo da propriedade fundiária das grandes cidades principalmente resta ao trabalhador buscar moradia nas periferias da cidade afetando o padrão de vida dos mesmos.

Como já não bastasse, é importante observar que, um fenômeno muito comum na América Latina, já no contexto europeu, a forma preconceituosa e desigual como os trabalhadores nessa conjuntura já eram tratados, de acordo com Topalov (1996, p. 33) “desde o começo da revolução industrial, a burguesia utilizava a categoria de “ classes perigosas” ao referir-se aos habitantes dos bairros operários das grandes cidades.”

Estes eram considerados uma ameaça à classe dominante, sendo vistos como propagadores do crime, epidemias, violência, insurreição sem buscar-se compreender as origens causadoras da questão social e a solução até hoje adotada é a repressão das “massas” consideradas criminosas, segundo Topalov, (1996, p.33):

Essa repressão da massas é realizada através da força violenta e autoritária do Estado sobre a classe trabalhadora e em meios de assistência (...) Esta configuração das representações coincidiu com a prática baseada, ao mesmo tempo, na violência do Estado em relação à conduta de rebelião individual ou coletiva, e em dispositivos de assistência e de repressão destinados a atuar diretamente sobre os indivíduos e as famílias. Podemos dar a este sistema de poder o nome de modelo disciplinante – repressivo.

Ainda no início do século XX, as classes consideradas perigosas deixaram de ser vistas como um bloco único e passou a ser vista em si como dividida na categoria “classe operária respeitável” e massas empobrecidas(TOPALOV, 1996).

Nesse ínterim, a “questão social” abre um leque de “problemas sociais”, como o alcoolismo, a tuberculose, a escolarização, a aprendizagem, a moradia, o urbanismo e o desemprego (1996, p.34) e nesse contexto nasce mais uma especialidade profissional, os assistentes socais.

Podemos ver que os ditos problemas sociais das cidades, presentes do estudo de Topalov (1996), também foram identificados por historiadores da Grã- Betanha , nos estudos de Hall (2009, p. 27), onde “ os pobres era geralmente retratados como grosseiros, animais, bêbados e imorais, a negligência e a complacência de anos e anos haviam feito com que eles se tornassem uma ameaça ominosa para a civilização.”

A percepção de tais problemas em Nova York, também apresenta muitas similitudes, sendo Hall(2009, p.43):

Os distritos de Nova York ocupados por prédios de habitação coletiva são lugares onde milhares de pessoas estão vivendo no mais ínfimo dos espaços onde é possível a seres humanos subsistirem – amontoados em quartos escuros e mal ventilados, em muitos dos quais a luz do sol nunca entra, e que na sua maioria, não conhecem o ar fresco. São focos de doença, pobreza, vícios e crime, onde o que surpreende não é que algumas cresçam para serem ladrões, bêbados ou prostitutas, mas que tantas consigam tornar-se adultos decentes e responsáveis.

Através destes discursos, visões, estigmas sobre a favela, cortiços e comunidades localizadas na periferia, as mesmas conviveram principalmente nos anos de 1960 e 1970 com a insegurança de sua moradia, visto que os governos municipais e estaduais buscavam removê-los, observa-se que tal prática “parece existir atualmente numa tentativa de re-legitimar a remoção como prática política, ou, em outros termos, como um programa” (Magalhães, 2012, p.1) .

Segundo Magalhães (2012) as práticas do Estado nestas localidades mais empobrecidas devem ser compreendidas não como “insuficiência” ou “ineficiência” do mesmo para com populações ou um desrespeito à lei mas, pelo contrário, de forma astutamente articulada conseguem modelar a lei ao seu favor e deste modo a intenção deste é basicamente o controle estatal sobre estas populações.

Para além de refletirmos um pouco no papel do Estado na influência do ordenamento urbano, faz-se necessário investir na análise histórica do processo de industrialização brasileira, mais especificamente por volta dos anos 30, uma vez que, quando o processo de industrialização se acentua, a demanda por moradia popular por parte da classe trabalhadora cresce. Isto se dá concomitante a uma valorização econômica dos terrenos fabris e residências, ao passo que a empresa percebe já não ser um bom negócio construir vilas operárias para seus funcionários, ou seja, não é economicamente rentável.

Recai assim, sobre os ombros do operariado, todos os custos relativos a sua moradia como : “aquisição, aluguel, conservação do imóvel, somado aos gastos com transporte para o próprio trabalhador e os relacionados ao serviço de infraestrutura urbana, quando existentes para o Estado(KOWARICK, 1979, p.31).” Desta forma, começam a sair de cena as vilas operárias e assume assim o mercado no controle imobiliário.

Com isso, vai aparecendo no contexto urbano, o que segundo Kowarick(1979, p.31) denominou-se de “periferia”, onde este designa-se por tratar-se de “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica”.

Infelizmente, de acordo com o mesmo autor, foi já bem tarde que o poder público construiu ferramentas legais para mesmo, parcamente, orientar o ordenamento do solo, ao mesmo tempo no qual a iniciativa privada já detinha grande parte dos terrenos (Kowarick, 1979). Ainda segundo o autor:

Desta forma a ação governamental restringiu-se, tanto agora como no passado, a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado, e os investimentos públicos vieram colocar-se à serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor (Kowarick, 1979, p. 31-32).

Com essa supervalorização do setor imobiliário pelo Estado, este não apresentou apoio algum para a ocupação das áreas periféricas pelas classes mais empobrecidas através dos serviços públicos e infraestrutura:

O período 1906 -1930 caracterizou-se pela expansão notável do tecido urbano do Rio de Janeiro, processo esse que se efetuou de maneira distinta no que se refere aos dois grandes vetores de

crescimento da cidade. De um lado, a ocupação das zonas sul e norte pelas classes média e alta intensificou-se, e foi comandada, em grande parte, pelo Estado e pelas companhias, em grande parte, pelo Estado e pelas companhias concessionárias de serviços públicos. De outro, os subúrbios cariocas e fluminenses cada vez mais se solidificaram como local de residência do proletariado, que para aí se dirigiu em números crescentes. Ao contrário da área nobre, entretanto, a ocupação suburbana se realizou praticamente sem qualquer apoio do Estado ou das concessionárias de serviços públicos, resultado daí uma paisagem caracterizada principalmente pela ausência de benefícios urbanísticos (ABREU, 1997, p.82).

Nesse sentido, de acordo com Kowarick (1979) podemos perceber ao longo da história o posicionamento público ao lado das grandes empresas imobiliárias, deixando a classe trabalhadora a mercê do mercado e das estratégias da auto-construção e deixadas desprovidas de serviços e de infraestrutura básica para a sua sobrevivência.

Nesse sentido, dada essa disparidade na oferta de infraestrutura, Abreu (1997, p.94) afirma que:

“A evolução do espaço urbano carioca no período que período que corresponde entre 1930-1964 é tão contraditória quanto o próprio período. Em 1930 a cidade já se encontrava bastante estratificada, isto é, classes altas predominantes na “ Nova Zona Sul; classes médias na antiga Zona Sul e Zona Norte; e classes pobres nos subúrbios.”

Por exemplo, segundo os dados que Kowarick (1979) nos mostra, nas periferias a situação é ainda mais drástica: “ tão somente 20% das casas têm rede de esgotos e 46% de água” e a respeito do esgoto três quartos das habitações da periferia “ lançam esgotos em simples fosses negras, quando não a céu aberto.”

Não podemos deixar de destacar que no período de expansão urbana, era o setor imobiliário quem detinha em suas mãos o poder de ordenamento do solo, já contribuindo para a segregação o fato de que, este separava as maiores áreas de terra próximas aos grandes centros, ao passo que, estrategicamente aguardava sua valorização, enquanto que às classes mais empobrecidas economicamente só alcançavam adquirir espaços de terra localizados consideravelmente distante dos grandes centros por serem financeiramente mais fáceis de se adquirir.

Com o discurso de progresso, absolve-se a expansão da metrópole é revelada a inexperiência e falta de qualificação pública para lidar com as formas de ocupação do solo, isso somada a vulnerável poder de articulação da organização popular, para influenciar nos processos de decisão acerca dos seus serviços mais básicos de infraestrutura e oferta de moradia, pelo contrário, uma forte autonomia era ofertada ao núcleo privado, obtendo assim, cada vez mais lucro nos setores construtivos e de moradia.

Relegando à parcela da população mais empobrecida à morar nas áreas periféricas devidos aos altos preços dos imóveis habitacionais nos grandes centros urbanos, a mesma, por sua vez, acaba se distanciando do acesso aos serviços que o centro urbano pode lhe oferecer. Como reflete Harvey:

A luta pela se livrar da exploração imediata do proprietário da terra e a contínua batalha para manter baixo o custo de vida muito contribuem para explicar a posição adotada pelo trabalho, com respeito à distribuição e qualidade de todos os elementos do ambiente construído. Infraestrutura, oportunidades de recreação equipamentos de lazer, acesso a transportes etc. são todos objeto de disputa. Porém, subjacente a estas preocupações imediatas, está a luta mais profunda sobre o próprio significado do ambiente construído como um conjunto de valores de uso para o trabalho.

Os produtores do ambiente construído, tanto os do passado como os atuais, oferecem ao trabalhador um conjunto limitado de escolhas de condições de vida(...) exíguas habitações sem infraestrutura e precariamente construídas, por exemplo. *Harvey (1982, p. 9-10)*...

Assim, de acordo com o autor supracitado, este conflito entre trabalhador e modo de trabalho e o modo como ele chega ao trabalho comprometem não somente o custo de vida como a qualidade e o padrão de vida da classe trabalhadora.

Este trabalhador “nadando contra a correnteza” das forças da especulação imobiliária, luta pela sua sobrevivência e sua reprodução social, como segue a reflexão e Harvey (1982, p. 9):

O custo e a qualidade desses elementos afetam o padrão de vida da força de trabalho (...) Não é difícil encontrar os exemplos: comunidades se rebelam contra a excessiva apropriação de renda por parte dos proprietários da terra, contra a especulação do mercado imobiliário, contra a implantação de instalações “perniciosas”, contra a inflação dos custos das construções habitacionais, contra a inflação nos custos de recuperação de uma infraestrutura deteriorada, contra o congestionamento, contra a falta de acessibilidade a serviço ou oportunidade de emprego, contra a construção de vias expressas ou de projetos de renovação urbana, contra a “qualidade de vida” ou problemas estéticos- a lista parece interminável”

Percebemos com isso que a desigualdade social também se constrói através das disparidades centro x periferia, onde a classe trabalhadora moradora dos subúrbios deve empregar um esforço exponencialmente maior para conseguir sobreviver, reproduzir-se socialmente e conseguir usufruir dos serviços que a cidade oferece.

Para essa compreensão é importante a análise do contexto histórico brasileiro que Gonçalves (2012, p.53) resgata, ao afirmar que:

(...) a partir dos anos de 1980, diante de um novo quadro que surgia no Brasil e que culminaria na abertura democrática da política que surgia no Brasil e que culminaria na abertura democrática da política do país, os estudos urbanos são caracterizados pelo papel da sociedade civil organizada em relação ao direito à moradia digna, infraestrutura básica e participação nas políticas públicas.

Ribeiro (2005, p. 8-9) a respeito da discussão sobre segregação aponta, nos traz um estudo sobre as chamadas “*globalcities*”, sendo este termo, segundo o autor, utilizado na literatura internacional acerca das tendências de transformações sociais ocorridas ao longo do tempo.

A respeito da globalização, o autor explica que esta é a causa da transformação das representações da cidade que com o tempo, pertenceriam a teia

econômica do mundo acarretando na “divisão social e espacial do trabalho, com o declínio da atividade industrial e a expansão do setor terciário, em particular das atividades financeiras e dos “serviços produtivos”. Para o autor :

A consequência desse conjunto de transformações seria a geração de uma nova estrutura social caracterizada pela expansão das camadas superiores e inferiores da hierarquia social e pela concentração da renda, ao mesmo tempo em que se contrai o peso das camadas médias (Ribeiro, 2005, p. 9).

Tais transformações levaram à fragmentação social, a qual, ainda de acordo com o autor, os moradores da periferia não teriam o mesmo nível de articulação política para lutar pelos seus direitos como os moradores dos grandes centros urbanos. O mesmo avalia que, há ainda outra forma de fragmentação social em que o “social é constituído pela crescente fragmentação simbólica, produzida por um variado e ainda multiforme conjunto de representações sociais do espaço metropolitano que cria rupturas sociais entre territórios, que malgrado as diferenças sociais e distâncias físicas, constituíam um espaço social marcado pela alteridade.” (Ribeiro, 2005, p. 25).

Decerto existem disparidades diversas entre centro e periferia, as quais se tornam visíveis observando-se a falta ou escassez de serviços públicos ou infraestrutura urbana, a respeito desta última, faz –se importante a discussão, uma vez que ela acentua as distâncias sociais entre centro e periferia, como veremos a seguir.

1.2 - Segregação social e infraestrutura urbana

Este subitem tem como objetivo discutir a desigualdade na oferta de infraestrutura urbana, ou seja, deseja fomentar uma breve discussão da diferença de cobertura entre as áreas periféricas e as áreas centrais do Estado (ou da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, neste caso).

No Brasil observamos uma grande lacuna no funcionamento desse sistema de infraestrutura urbana no país como um todo, principalmente no que se refere ao provimento de infraestrutura das áreas periféricas, ressaltando que a forma desigual de distribuição de infraestrutura urbana tem uma forte influência sobre as áreas de localização dos indivíduos por nível de renda, culminando na chamada segregação urbana

Silva(1999, p. 1) faz esse contraponto em sua análise sobre a exclusão que moradores das periferias urbanas sofrem com a escassez ou a falta dos serviços que as áreas centrais oferecem, ocasionando assim, um impedimento ainda maior na superação da pobreza pela classe trabalhadora mais vulnerabilizada: A localização específica de concentrações privilegiadas de quantidade e qualidade de serviços no espaço urbano define quem são e onde ficam os incluídos na cidade moderna. A exclusão social é aqui evocada em sentido amplo, envolvendo não só o acesso mais direto e evidente a bens e serviços na falta dos quais se caracteriza uma situação de pobreza, mas também o acesso a condições que determinam a possibilidade de sobrevivência econômica dos grupos mais vulneráveis. O mercado de trabalho associado à lógica da economia globalizada é ele mesmo altamente excludente e a sobrevivência na periferia da atividade econômica moderna depende, em larga medida, do acesso a serviços públicos em quantidade e qualidade suficientes. O acesso básico a água e esgoto – epítome das infra-estruturas urbanas de interesse social – é uma condição necessária para superação da pobreza tanto quanto o são aqueles a energia elétrica e coleta de lixo.

Mas eles não são condições suficientes para essa superação, nem mesmo no que respeita a garantia de saúde pública. O acesso a telecomunicações é hoje uma condição básica de entrada no mercado de trabalho na periferia das modernas atividades econômicas globalizadas, eufemisticamente referido como um mercado de trabalho flexível.

De acordo com Silva (1999), até mesmo nos países considerados em fase de desenvolvimento, como ele cita o Brasil, o sistema de infraestrutura atende inclusive periferias paupérrimas. O que demonstra é que, mesmo que tais áreas recebam alguma oferta de infraestrutura, não é sinônimo de que haja igualdade em sua distribuição, ou seja, mesmo com a presença da infraestrutura resta um problema qualitativo e outro problema de acesso econômico.

O autor sinaliza certo controle social sobre os serviços de infraestrutura ofertados, traçando o destino das áreas que receberão ou não concentrações privilegiadas de quantidade e qualidade de tais serviços, uma vez que, essa desigualdade, por sua vez, acaba por delimitar quais são os incluídos na cidade moderna. Nesse sentido, quando olhamos para a história da infraestrutura no Brasil, percebemos que de fato houve uma ampliação no fornecimento de serviços, fruto, no entanto, de uma pressão política por parte da classe trabalhadora, porém não conseguiu- avançar até chegar- a uma universalidade do sistema, ou seja, na verdade existe uma disputa que torna o caráter distributivo da riqueza social e da infraestrutura uma espécie de “investimento regressivo”, que acentua a desigualdade.

Pegando como exemplo, o município de São Gonçalo, que discutiremos de forma mais aprofundada no próximo capítulo, comportava 90.162 habitantes em 2010 e possui 22 assentamentos considerados subnormais pelo IBGE, sendo o Aglomerado Subnormal do Menino de Deus o que possui o maior número de domicílios particulares dentro deste município, totalizando 637 unidades e em 2º lugar a Linha do Trem com 354 e em 3º lugar, Vila Esperança com 316 domicílios.

O Rio de Janeiro no ano de 2010 possuía 2.144.445 domicílios particulares e 2.111.537 destes eram atendidos pela Rede Geral de Água, ou seja, corresponde a 98, 16% de sua totalidade, enquanto o município de São Gonçalo, no mesmo ano, possuía 4.044 domicílios particulares em seu total de aglomerados subnormais e destes apenas 3.040 unidades eram atendidas pela rede geral de água, o que corresponde a 75, 17% do total atendidos⁵.

Isso revela, através dos dados expostos como exemplo, a desigualdade na distribuição de serviços de infraestrutura, entre as áreas periféricas e as centrais, como o exemplo supracitado de São Gonçalo sobre a distribuição de água através do abastecimento da rede geral. Assim, enquanto os grandes centros têm 98, 16%

⁵ Segundo o Censo Demográfico do IBGE 2010: Tabela 3154 - Domicílios particulares permanentes por a forma de abastecimento de água, segundo as Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Consultado em :Administrativas e Bairros - Município do Rio de Janeiro – 2010. 3304904_aglom_subnor_censo2010. Extraído em 06-04-2015.

de seus domicílios atendidos pela rede geral, nos aglomerados subnormais apenas 75, 17% tem esse direito atendido.

Silva (1999), analisa essa desigualdade também sob o prisma jurídico, no qual observa, que estamos vivendo em um contexto de um novo contrato social no que diz respeito a oferta de serviços. Assim, o que antes se constituía de um direito que fazia parte do contrato social, embora parcamente oferecido, possibilitava que a população mais pobre tivesse acesso aos padrões considerados mínimos de bens e serviços primordiais. Este, direito passa a ser permeado por relações econômicas, objeto, como diz Silva (1999) de um contrato civil, sem compromisso algum com os interesses públicos, mas pelo contrário, constitui-se um forte compromisso com os poderes do capital.

Não podemos deixar de ressaltar para essa compreensão que havia uma série de agentes públicos responsáveis pela infraestrutura na primeira metade do século XX, mas na virada do século XIX para o XX os prestadores de serviço de infraestrutura eram privados e estrangeiros. A estatização garantia algum atendimento visando o interesse público e os pobres, mas as privatizações e o sucateamento, proposital, das empresas públicas do setor mudaram a provisão de infraestrutura em direção a um padrão mais empresarial e segregador.

Silva(1999), ao analisar o caso brasileiro no que tange a infraestrutura, percebe diferenças em relações a distribuição de serviços públicos nos países ricos, nos quais possuíam uma capilaridade mais ampla, como consequência automática da provisão estatal. Já no caso brasileiro as conquistas em relações aos serviços de infraestrutura provêm de intensa pressão política.

De acordo com Silva(1999), no decorrer das décadas 1960 e 1970, apesar da intensa e rápida capacidade de investimento em infraestrutura através de para-estatais, a atuação da política de provisão de infraestrutura não foi satisfatória para alcançar a demanda residencial de baixa renda, buscando tornar universal tal acesso, pelo contrário, a prioridade atendida, estava toda voltada ao processo de produção capitalista, e assim, a expansão da população urbana não foi acompanhada pela priorização de investimentos na periferia.

Ainda em Silva (1999, p.3) vemos que o mesmo observa duas importantes diferenças entre o Brasil e as economias capitalistas avançadas, a saber: a oferta estatal de fato viabilizou um certo crescimento das capacidades dos sistemas embora não tenha atingido a sua universalidade e em segundo lugar, apesar de ter assumido o compromisso com esse direito como sendo de todos e de certa forma tendo elevado a qualidade social associada à oferta de serviços, observa que os mesmos direitos que foram prometidos não pode-se dizer o mesmo quanto a sua efetivação.

Contribuindo com este pensamento, Vetter (1982, p.53) nos diz que “ [...] as ações do Estado em um dado período acabam tendo impactos sobre a segregação residencial, que por sua vez tem implicações importantes na futura distribuição dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado.”

O mesmo autor, através da explicação da teoria de causação circular, explica que o Estado tem relevante papel para determinar a estrutura interna da cidade e para isso é necessário, primeiramente, aumentar o imposto, resultando em uma diminuição dos imigrantes ao passo que há um aumento da emigração de trabalhadores e de empresas existentes na área e assim há a necessidade de aumentar outra vez o imposto na localidade para que permaneça o patamar do nível de serviços, regressando esse ciclo ao primeiro estágio outra vez (VETTER, 1982, p. 57) . Neste caso, é importante ressaltar que caberia uma taxa sobre lucro da renda fundiária, dos ganhos advindos da propriedade privada da terra urbana

A partir do momento em que existe um investimento para que haja uma melhor qualidade de vida, essa ação por sua vez induz que famílias de melhor condição econômica busquem tais locais para moradia, permitindo que o poder local valorize ainda mais a qualidade ambiental desses espaços privilegiados, sem que os impostos dessas famílias aumentem, atraindo cada vez mais poder aquisitivo consecutivamente.

Desse modo, Vetter(apud Smith, 1982, p. 58) afirma que “ o espaço cria desigualdades, uma vez que a localização de cada novo serviço favorece ou desfavorece os que se acham ao alcance dele, e, assim sendo, redistribui os

benefícios e os malefícios.” Em outras palavras, a distribuição dos investimentos pelo Estado reflete, ou seja, quase que determina (condiciona) o valor da terra e demais despesas com moradia como tributos locais e tarifas. Isso repercute diretamente na divisão socioespacial das classes, dividindo-as por grupo de rendimento, gerando a chamada segregação residencial.

Assim por um lado, existem áreas recebendo precariamente os investimentos públicos já pagos pela população através dos impostos, enquanto usufruem plenamente de tais investimentos em infraestrutura e serviços a outra parte da população com alto poder político e econômico, recebendo tais benefícios através das rendas fundiárias.

Nesse sentido, Vetter (1982, p. 58) em pleno acordo com o pensamento de Smolka, afirma que “o incorporador apropria-se normalmente da maior parcela desses benefícios, sendo que ele organiza, em grande parte, o processo de produção do espaço urbano”. Por fim, é importante ressaltar que, segundo Vetter (1982, p. 70), a ausência de uma legislação que consiga dirigir de uma forma mais igualitária, os benefícios dos investimentos pelos proprietários do solo urbano, assume o grande poder político na qual essa dinâmica de valorização do solo está assentada.

Assim, no Brasil, um país que tem se mostrado, ao longo da história, tão desigual na distribuição ao acesso de infraestrutura, podemos ver através do exemplo citado, a distribuição da oferta de água no município de São Gonçalo, como vimos, através da análise de seus assentamentos precários e nesse sentido, percebemos ser bem inferior à oferta da cidade do Rio de Janeiro, que tomamos como exemplo.

Sendo assim, faz-se importante compreender o significado das terminologias auferidas às diversas formas de habitações precárias como favelas, loteamentos clandestinos e/ou irregulares e cortiços, aglomerados subnormais, na tentativa de melhor representar e caracterizar a heterogeneidade dessas formas de habitação.

Nesse sentido, segundo a definição de assentamentos precários elaborado pelo Ministério das Cidades:

“assentamentos precários” foi adotada pela nova Política Nacional de Habitação (PNH) de forma a englobar, numa categoria de abrangência nacional, o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais que se acham degradados. Os assentamentos precários são, portanto, porções do território urbano com dimensões e tipologias variadas, que têm em comum: - o fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda; - a precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos; adensamento excessivo, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional.⁶

Historicamente, os assentamentos precários foram as alternativas que a população de menor poder aquisitivo encontrou de suprir para si sua necessidade habitacional diante da carência de atuação do Estado nessa esfera e dos poucos recursos que as mesmas possuem de arcar com os altos valores do mercado que não são equivalentes ao poder aquisitivo de boa parte dos trabalhadores

Já o cortiço é basicamente uma moradia alugada estruturada como habitação coletiva, constituída por cômodos resultantes da subdivisão de edificações antigas e deterioradas, com instalações sanitárias de uso comum.⁷

Assim, foi a partir dos cortiços que as favelas se originaram, após a destruição de boa parte dos primeiros por pelo Poder Público, em torno de 1900, a exemplo dessas ações, encontra-se o Rio de Janeiro. O uso do termo favela tem

⁶ Conceito elaborado pelo Ministério das cidades. Consulta através do link : http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/mapeamento_ass_precarios.pdf. Acesso em 07-04-2015.

⁷ Conceito elaborado pelo Ministério das cidades. Consulta através do link : http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/mapeamento_ass_precarios.pdf. Acesso em 07-04-2015.

suas origens a partir do Morro da Providência que abrigou os soldados de Canudos e uma certa referência a paisagem do Sertão que abrigada estas pessoas:

Em 1893, foi autorizada, no morro de Santo Antônio, a construção de alguns galpões de madeira para alojamento e, em 1897, soldados retornados da campanha militar de Canudos começaram a ocupar o morro da Providência, onde já havia um núcleo de barracos, construídos por famílias despejadas de um cortiço. Por algum tipo de analogia entre o morro da Providência e a paisagem de Canudos, este assentamento começou a ser chamado de “Morro da Favela”, fazendo referência a uma espécie de arbusto da caatinga, muito abundante no sertão de Canudos.⁸

Sendo assim, de acordo com o Ministério das Cidades, consegue-se identificar múltiplas formas de expressões e termos que provém de regiões e locais distintos em nosso país, a saber: favelas, barracos, mocambos, quilombolas, palafitas, baixadas, alagados, invasões, ocupações, loteamentos irregulares, loteamentos periféricos, vilas, assentamentos populares, comunidades etc, - sendo utilizados para designar fenômenos semelhantes.

Por esse motivo, o Ministério das Cidades, criou uma tipologia mais ampla para designar as principais tipologias de assentamentos precários:

⁸ Extraído Consulta através do link : http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/mapeamento_ass_precarios.pdf. Acesso em 07-04-2015.

Variáveis	Tipologias de Assentamentos Precários			
	Cortiços	Favelas	Loteamentos irregulares	Conjuntos habitacionais
Acesso à moradia	Aluguel sem contrato ou ocupação ilegal de imóvel abandonado (público ou privado).	Ocupação ilegal de áreas públicas ou privadas, seguida de compra e venda informal (sem registro).	Compra e venda entre agentes privados. Sem escritura no registro imobiliário.	Compra e venda ou concessão de uso pelo poder público (sem registro). Ocupação ilegal.
Terreno	Lote regular.	Dimensões irregulares. Resultante de subdivisão informal de lote ou gleba ou área de proteção ambiental.	Lote de dimensão regular em gleba parcelada irregularmente.	Cota parte de terreno ou lote, em gleba parcelada pelo poder público, sem aprovação formal.
Localização	Áreas centrais.	Áreas centrais, intermediárias ou periféricas, adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.
Traçado Urbano e Infra-estrutura	Inserido em áreas consolidadas com traçado urbano regular e dotadas de infraestrutura.	Inserido em área com ou sem infraestrutura. Nas áreas internas do assentamento: traçado desordenado; predominância de vielas de pedestres e escadarias; ausência ou precariedade das demais infra-estruturas.	Traçado urbano regular. Viário com problemas de drenagem e trafegabilidade; precariedade das demais infra-estruturas. Áreas públicas ocupadas por favelas.	Traçado urbano regular. Infraestrutura completa ou não, com problemas de manutenção. Áreas públicas ocupadas por favelas.
Condição da unidade habitacional	Cômodo resultante da subdivisão de imóvel degradado. Uso coletivo de instalações sanitárias. Hidráulica e elétrica precárias. Insalubridade.	Autoconstrução, problemas estruturais; materiais inadequados; hidráulica e elétrica precárias e irregulares. Insalubridade e risco.	Autoconstrução ou mutirão; falta de acabamento; materiais de baixa qualidade; hidráulica e elétrica regulares ou não.	Construção por empreiteira ou mutirão; materiais de baixa qualidade; falta de acabamento e manutenção; áreas comuns e entorno degradado.

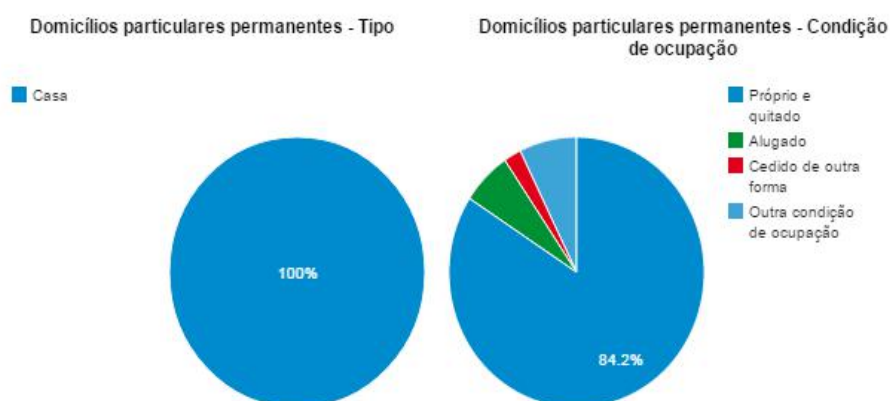
E por sua vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, é a única instituição a realizar um levantamento censitário de abrangência nacional e utiliza o conceito de aglomerado subnormal :

(..) aglomerado subnormal é o conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou

particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos

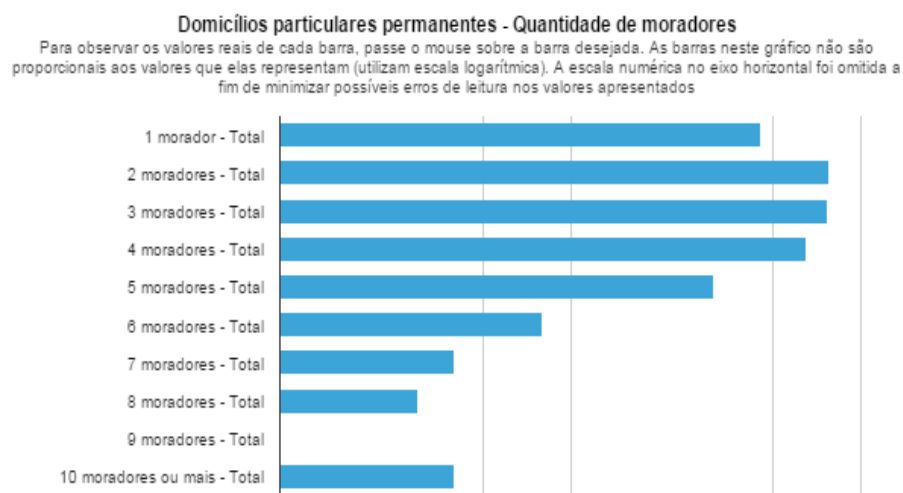
Para uma melhor compreensão ainda que de forma breve da condição de infraestrutura desses espaços precários, segundo os dados fornecidos pelo IBGE, o assentamento de Vila Esperança possui em sua maioria população parda e negra, sendo 51,8% parda, 26,2% negra e em menor proporção, a população branca com 21,3% e 0,7% indígena, reafirmando, a partir de tais dados, a segregação espacial da população negra que tem raízes históricas, sendo discutida por uma vasta bibliografia que trata sobre o processo de formação social das cidades brasileiras, e que a respeito desse recorte não iremos nos aprofundar neste trabalho

A respeito do tipo de ocupação da população de Vila Esperança, sua totalidade reside em casa e apesar de a maioria apontar na pesquisa residir em casa própria e quitada, residem em situação de informalidade não possuindo ainda a segurança jurídica de sua terra.



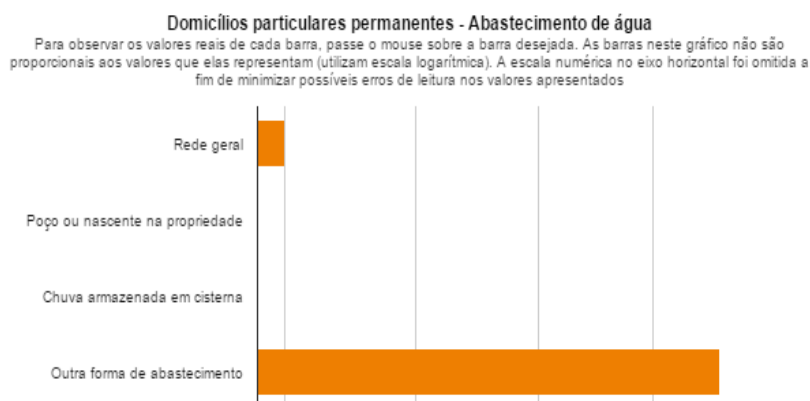
A respeito da quantidade (densidade?) de moradores por domicílio, Vila Esperança apresenta em sua maioria domicílio de 2 a 4 moradores. Sendo o número de 78 domicílios com 2 moradores e 65 com 4. Ainda que não seja maioria, é importante considerar o número de domicílios com composição familiar que vai de 7 a 10 moradores. Levando em consideração o nível de precariedade dos domicílios,

famílias com número grande de componentes tende a assentuar ainda mais o seu nível de vulnerabilidade.



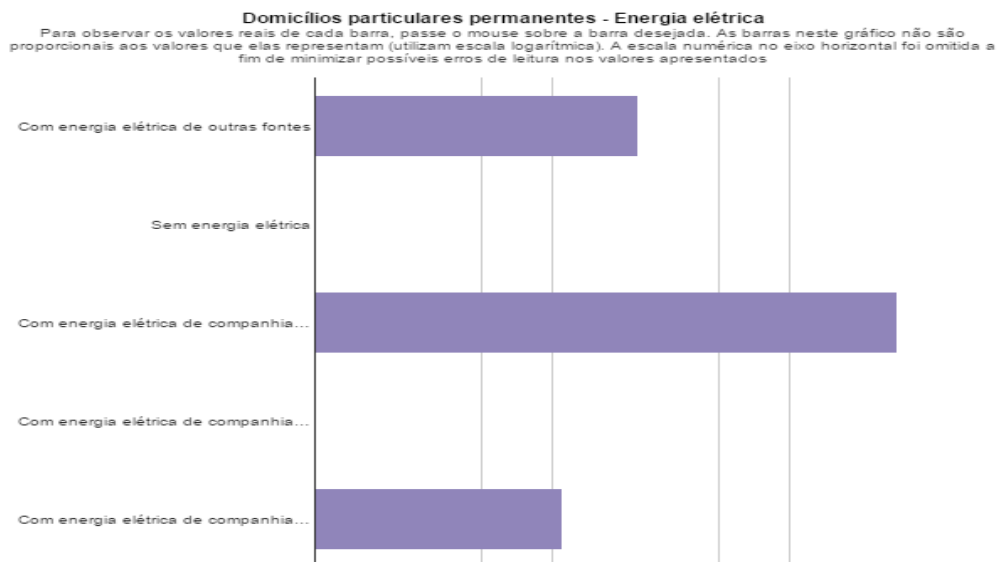
A

respeito da oferta dos serviços públicos, acerca dos domicílios particulares permanentes, a oferta de água oriunda de outras formas que não a Rede Geral é a grande maioria. Assim a qualidade na oferta de água é comprometida, podendo influenciar nos aspectos de saúde da população.

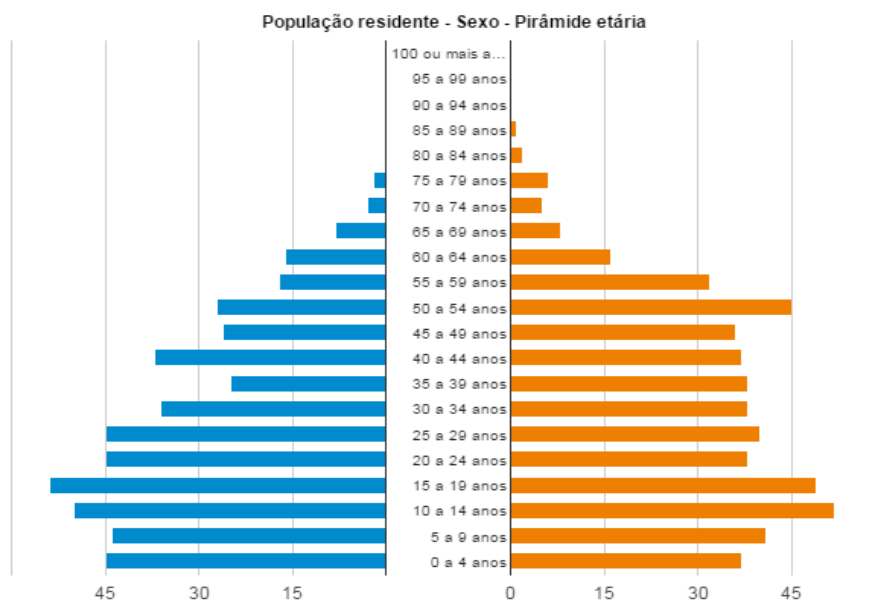


A respeito dos serviços de distribuição de energia elétrica, a partir da observação do gráfico abaixo, não há dados que mostre a falta desse serviço. Assim 281 domicílios recebem a energia elétrica oriunda de companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo, já em menor proporção estão os domicílios de companhia

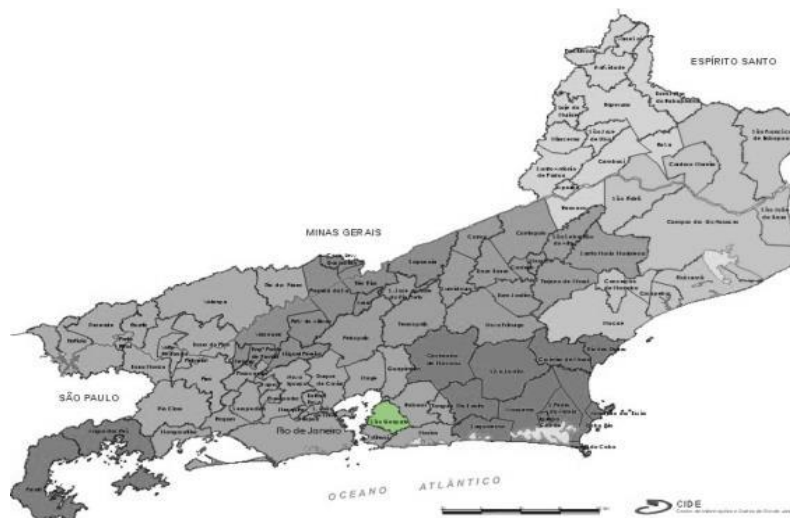
distribuidora e sem medidor e 23 domicílios fazem o uso da energia elétrica de outras fontes.



Vila Esperança possuía uma população predominantemente jovem, concentrando-se na faixa entre 10 e 19 anos e 50 a 54 anos:



Vila Esperança situa-se no Estado do Rio de Janeiro, no Município de São Gonçalo, bairro de Porto Velho, e seu principal acesso é pela Rua João Damasceno:⁹



O Município de São Gonçalo Distribuído em 5 Distritos.

⁹Relatório Proext 2011: Projeto de assentamento urbano: O caso do assentamento popular Vila Esperança. NEPHU, 2011.

Vila Esperança está situada às margens da rodovia federal BR-101, no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, em terreno acrescido de marinha, pertencente à União.



Fonte: Aglomerados subnormais- IBGE

No que concerne aos dados socioeconômicos municipais, São Gonçalo, segundo os dados do IBGE, possui uma população estimada em 2014 de 1,031,903 pessoas, sendo o 2º maior município em população do Estado do Rio de Janeiro, perdendo apenas para a capital, com densidade demográfica de 4,035, 90 habitantes por Km², atualmente a cidade tem como Prefeito Neilton Mulim.

Quanto a oferta de infraestrutura municipal segundo os dados coletados em nossa pesquisa no IBGE, em 2010o número de domicílios particulares permanentes em áreas urbanas com ordenamento regular que é atendido pela Rede Geral de água que possui calçamento, abrange 156, 780 unidades, já os domicílios sem calçamento equivale a 98, 198 domicílios. Já os com as mesmas definições e com esgoto a céu aberto, o IBGE nos mostra um número de 39, 981

domicílios contra 214, 997 domicílios que não apresentam essa precariedade. Existem ainda 9.025 domicílios nestas condições sem energia elétrica, contra 245, 953 que são servidos por este serviço. O lixo acumulado nos logradouros chega a 30,488, já os que não possuem chegam a 224, 490 domicílios.

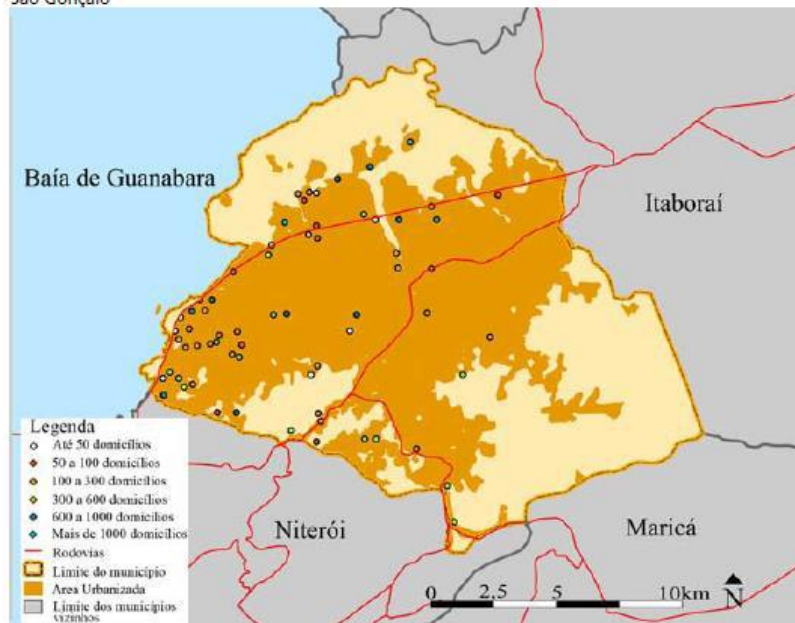
Segundo o Relatório dos Objetivos do Milênio a respeito do Município de São Gonçalo, o percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso às redes gerais de água e esgoto no período de 2000 a 2006, o município de São Gonçalo apresentou um crescimento de 32, %26 % em termos do número de domicílios particulares permanentes urbanos, enquanto o Estado do Rio de Janeiro cresceu 15, 40 %. Embora tenha dito tal crescimento, os municípios do CONLESTE em sua totalidade não foram acompanhados pelo aumento dos serviços de infraestrutura urbana.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, em 2006, a respeito do abastecimento de água, o município apresentava, segundo a CEDAE, apenas 48, 74% dos domicílios urbanos com acesso ao serviço, já a média do Estado era de 98, 80%. No que tange ao esgotamento sanitário, de acordo com a mesma companhia, apenas 4,653 dos 347, 482 domicílios particulares permanentes urbanos tinham acesso ao serviço em 2006, o que equivale a 1,34% dos domicílios. No que concerne aos assentamentos precários, podemos constatar pelos dados, que no ano de 2000, havia um total de 13, 940 unidades habitacionais distribuídas em 43 assentamentos urbanos precários existentes, correspondendo a 4, 97% dos 262, 710 domicílios. Assim, o relatório apresenta que a área ocupada pelos assentamentos precários correspondia a 1,10% da área urbanizada e “ com relação a ações voltadas para a melhoria das condições de moradia da população pobre, não houve produção de novas moradias, nem intervenções em termos de urbanização e/ ou regularização fundiária de assentamentos naquele ano.”

O mapa abaixo mostra a localização desses assentamentos no município¹⁰:

¹⁰ Relatório dos Objetivos do Milênio do Município de São Gonçalo.2006, p. 22.

Percentual de domicílios em assentamentos precários, em relação ao total de domicílios urbanos em São Gonçalo



Elaboração: Equipe de Urbanismo / UFF, 2008.

Foto: Relatório dos Objetivos do Milênio do Município de São Gonçalo

Nesse sentido, para compreender e nos aprofundamos na análise a respeito das disparidades relacionadas entre centro e periferia, no que tange a infraestrutura urbana e serviços, é imprescindível avançarmos conhecimento do processo de formação histórica do município de São Gonçalo, buscando assim, perceber as influências políticas, culturais e econômicas que o mesmo ao longo dos anos de sua construção e que se perpetuam até os dias atuais, acirrando as desigualdades sociais presente nesse território.

Cap. II - O processo de formação histórica do município de São Gonçalo – RJ

Apesar de São Gonçalo ter sido suprimido e incorporado ao Município de Niterói (Na época capital do Estado), em 17 de dezembro de 1892, através da lei número 34, tal município restituiu-se, após uma exitosa e eficiente manifestação dos moradores deste, agora, município (BRAGA, 1998, p. 51).

Braga (1998, p.52) ainda nos mostra mais um acontecimento, o qual os habitantes de São Gonçalo demonstraram articulação popular, através de um movimento no qual, “ em 18 de junho de 1896 é deposta a Câmara Municipal sob acusações de má administração do dinheiro público.” E, em 1839, por fim, São Gonçalo passa a não estar mais ligada legalmente a Comarca de Niterói:

Pelo decreto 1839 de 23 de agosto de 1921, foi criada a Comarca de São Gonçalo, tendo como primeiro Juiz de Distrito o Dr. Otávio da Silva Mafra, empossado em 16 de setembro de 1921. Com este Decreto São Gonçalo deixa juridicamente de pertencer a Comarca de Niterói.

Ainda sobre o desenvolvimento de São Gonçalo, cabe destacar que, em 1955, São Gonçalo é o segundo município produtor do Estado do Rio de Janeiro, segundo Braga (1998, p. 54).

Inicialmente, a única forma, com a qual os moradores de São Gonçalo desfrutavam do abastecimento de água era através da “cavação de poços coletivos ou não” (BRAGA, p. 107), nos quais os moradores se agrupavam para realizar essa coleta enchendo seus galões com destino às suas casas para uso de suas necessidades básicas. Tais poços tinham localização em propriedades privadas, cabendo aos seus donos autorização para os demais partilharem de tal recurso natural e isso ocorreu até a chegada da distribuição de água através do bonde pipa até a chegada desta através de encanamentos nas casas, conforme Braga (1998,p. 107):

Até a década de 50, algumas localidades (Sete Pontes, por exemplo) recebiam água potável diariamente (uma única vez por dia), através do bonde pipa que percorria os trilhos parando em pontos determinados, como da Ponte Paraguai. Este sistema permanece até o encanamento da água direta para as casas.

Podemos notar a precariedade e desigualdade na oferta de água potável no município desde o início de sua distribuição, uma vez que, nem todos receberam essa oferta, sendo comum e cotidiano naquele contexto “repuxo pelos moradores das localidades por onde passavam os canos da Adutora de Laranjal que fornecia água para Niterói” (BRAGA, p.108)

Ainda sobre o abastecimento de água em meados de 1975 até 1998, anono qual foi publicada a Obra de Braga (1998, p. 108), no qual dos debruçamos, a mesma ainda revela que :

O abastecimento de água potável da cidade até 1975 era feito pela SANERJ (Secretaria de Saúde e Saneamento – Agência Regional de Niterói). Ainda hoje, este abastecimento é precário nas regiões mais distantes ou altas, embora o tratamento da água fornecida a cidade feita pela CEDAE (Companhia Estadual de Água e Esgoto) seja considerado da melhor qualidade. O projeto de Ampliação da Central de Abastecimento do Sistema Imunana- Laranjal em Alcântara, com início em 1995, previa para 1996 a inauguração de uma quinta linha adutora que aumentará a vazão de 432 milhões de litros d’água por dia para 648 milhões de litros por dia. Este fato só ocorreu em 1998.

Como podemos ver o sistema de distribuição de água em São Gonçalo se estruturou ainda que tardiamente, e ao longo desse percurso.

A respeito da coleta de lixo, até quando da publicação do livro de Braga (1998), a cidade de São Gonçalo possui um sistema de coleta de lixo duas vezes por semana e de acordo com a mesma autora,quanto mais próximo ao lixão mais precário essa o sistema de coleta.

Sobre a energia elétrica, esta só pode ser usufruída pelos moradores do município supracitado a partir de 1908, a partir da usina geradora “Piabanha”, no rio Piabanha localizado no Estado de Paraíba do Sul, um ano depois é criada a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, conforme Braga (1998, p. 111):

Em 1909, é criada a CBEE (Companhia Brasileira de Energia Elétrica) pertencente ao grupo americano andForeign Power Company Limited (AMFRP), tornando-se acionista majoritária a Guinle e Companhia da usina de Piabanha, usando lâmpadas incandescentes de 40 velas.

Décadas depois, já em 1965, há uma mudança no controle da energia elétrica que passa a ser administrada pela empresa ELETROBRAS, o que da década de 80, esse sistema de fornecimento de energia passa ao controle da “Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (CERJ) com sua usina termoelétrica nos bairros de Alcântara, Neves, Galo Branco e Sete Pontes(BRAGA, 1988, p. 112).

De acordo com os estudos de Braga que vão até a década de 80, não havia, até então, áreas com quais a população pudesse se distrair, ou seja, não havia áreas de lazer proporcionais à demanda de sua população. Entretanto, entre as décadas de 50 e 70, a cidade, que fora privilegiada com 14 cinemas, teve esse número subtraído drasticamente, tendo posteriormente a esse período, como opção de cinema na cidade de São Gonçalo, apenas o Cine-Teatro Alcântara (no Espaço Cultural João Caetano).

Já as praças que, conforme Braga (1998), eram muito usadas pelos moradores até a metade do século XX, e eram ponto de lazer e encontros, com o tempo caíram em desuso devido à falta de segurança pública no local.

A respeito da Educação, São Gonçalo, possuía índices baixos de analfabetismo, como coloca Braga “um dos menores índices de analfabetismo do Estado, com um número satisfatório de bons colégios se igualando com o Colégio Anglo – Americano do Rio de Janeiro e com o Mackenzie College de São Paulo” (BRAGA, 1998, p. 119), embora esse ensino de boa qualidade tivesse destino certo, a saber, a elite deste município:

São Gonçalo se destacou com o AldridgeCollege desenvolvendo uma metodologia educacional de acordo com os padrões europeus preparando a elite jovem nas primeiras décadas do século XIX. Dirigido pelo Dr. Rego Barros, o AldridgeCollege ficava instalado numa chácara de 15.000m² na Chácara Paraíso, em Sete Pontes, oferecendo os sistemas de internato e semi-internato onde

estudavam os filhos e netos de Condes e Viscondes (BRAGA, 1998, p. 119).

Na década de 80, ano de publicação da obra de Braga (1998) as escolas de maior prestígio da rede pública eram o Instituto Clélia Nanci da rede estadual que possui o curso pedagógico (antigo normal), possui também 2 Universidades: a Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), da rede privada e um campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)(BRAGA, 1998, p. 122).

O bairro de Neves, pertencente ao município de São Gonçalo, de acordo com Machado (2002,p. 31) ao longo da história do desenvolvimento econômico deste município, caracterizava-se como o principal bairro do mesmo, que apresentava uma certa prosperidade no município, atraia os investimentos iniciais inerentes á urbanização da cidade como a construção e alargamento de vias públicas, incremento da educação, organização de áreas de cultura e lazer, etc.

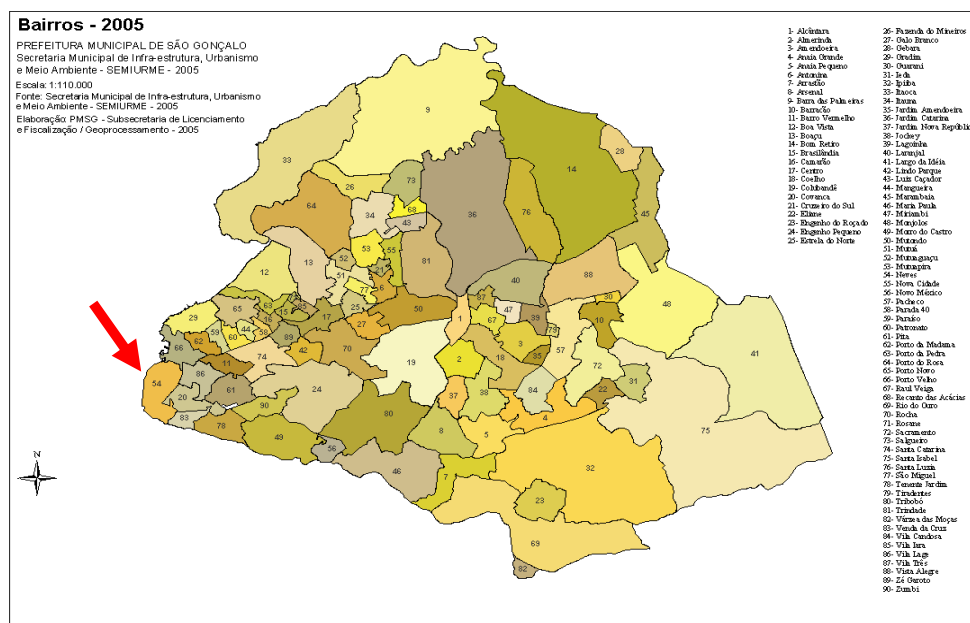


FOTO: Site Oficial da Prefeitura de São Gonçalo

Para o autor, este bairro , já nas décadas de 1920 e 1930, já consolidava o maior centro econômico da cidade, envolvendo atividades de comércio e indústria (Machado (2002, p. 27).

. Machado(2002) ao analisar o processo de urbanização de São Gonçalo, revela que, a principio, a Prefeitura de São Gonçalo age “ desordenadamente”, ou seja, sem um planejamento prévio que possa respaldar suas ações. Para o autor, as “medidas de ordem urbana, no município, são implantadas de acordo com as crescentes demandas – refletidas nas cobranças feitas pela imprensa escrita local – derivadas, em parte, da sua ascensão econômica (2002.p.32).”

Faz-se importante destacar que só ao final da década de 1930, ainda conforme os estudos de Machado(2002), é que percebe a iniciativa de elaboração de planos que pudessem ordenar o processo de urbanização de São Gonçalo:

Neste momento, por exemplo, começavam a surgir projetos de alinhamento, perfil longitudinal, perfil transversal e galerias de águas pluviais das principais vias de penetração, por conta da Prefeitura. Isto revela a preocupação do governo municipal em abrir vias públicas – onde as ruas de Neves foram pioneiras. O município passava a experimentar a consolidação de sua formação urbana.

Neste íterim, Machado(2002) nos mostra que a instalação de indústrias de significativo porte como a Videira, a companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas, e a Companhia Brasileira de Fósforos, entre outras, foram peças fundamentais para a eclosão populacional. Neste momento a administração do município deu todo o apoio para este desenvolvimento, proporcionando uma certa atenção a quem intencionava estruturar “ habitações proletárias no município (Machado , 2002, p. 28).Embora o município tenha tido um bom desenvolvimento econômico e de infraestrutura no meado do século XX, Bersot (2012) em sua dissertação de mestrado percebe que, ao passo que São Gonçalo ostentava na década de 60 um bom desenvolvimento urbano “engrenado pelo setor secundário em franca expansão nas décadas seguintes” foi inevitável perceber sua queda econômica após esse período sobre, “ planejamento e gestão urbanas locais, assim como forte impacto no

ordenamento territorial municipal”(BERSOT, 2012, p. 116). Sobre o declínio do progresso econômico em São Gonçalo, Bersot(2012, p. 2016) ainda nos mostra:

Entretanto, após os anos de 1960, verificou-se que importantes indústrias começaram a fechar suas portas. Este fenômeno tem suas raízes na reestruturação produtiva em que pese novas estratégias de acumulação de capital, acarretando um forte impacto na estrutura econômica local e logo, na estrutura sócio-espacial.

De acordo com o mesmo, no espaço de tempo entre 1970 e 2010, “ a expansão do tecido urbano metropolitano se acelera principalmente no espaço periférico” , devido a ocupação informal nos assentamentos precários, dado que mostra a grande dificuldade em ter acesso à moradia na cidade formal, empecilho este acentuado pela especulação imobiliária a cada dia maior. Ainda, para o autor “estes processos estão inseridos em formas de reprodução do capital, que encontram no solo urbano seu efeito multiplicador, de acordo com Besort (2002, p. 116)

O papel do Estado se torna cada vez mais aliado ao capital privado e a seus interesses, quando as políticas sociais urbanas ligadas à habitação e ao acesso a terra se tornam claramente segregatórias, associadas à crescente concentração de renda. Remoção forçada de favelas e a expulsão indireta dos pobres do centro metropolitano tiveram um impacto relevante no processo de favelização e de loteamento irregular nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Com efeito, se os loteamentos apresentaram franca expansão após a década de 1950, foi na década de 1970 que seu crescimento territorial ganhou sua máxima expressão espacial. Muitos cresceram às margens de grandes rodovias regionais construídas, como da Ponte Presidente Costa e Silva e a rodovia BR 101, assim como em várzeas de rios. Um dos loteamentos citados será estudado no capítulo três, e o mesmo foi ocupado através da auto construção, sem

a intervenção a princípio do Estado, sofrendo assim os moradores com a falta de serviços básicos como água, saneamento, luz, etc. Assim, no período compreendido entre os anos de 1970 e 2010 “a expansão do tecido urbano metropolitano se acelera principalmente no espaço periférico.”

Esta forma de expansão concentrada na periferia, se associa a lógica de produzir o espaço por intermédio da ocupação informal em assentamentos precários, tendo em vista que o acesso à moradia formal fica a cada vez mais inalcançável devido ao grande controle das terras pela especulação fundiária e imobiliária que ganham espaço a cada vez mais .”Estes processos estão inseridos em formas de reprodução do capital, que encontram no solo urbano seu efeito multiplicador (BESORT,2002,p. 119)”

De acordo com Besort (2002, p. 117)a “explosão demográfica” urbana, caracterizada por um inchaço das periferias em relação aos núcleos urbanos principais conjuntamente com os problemas econômicos dos anos da década de 1980 acabaria por dar forma a uma conjuntura ainda mais complexa”

Assim, a realidade município de São Gonçalo para o autor, condizia com a realidade das demais cidades metropolitanas brasileiras, ou seja, um grande número populacional residindo em áreas informais da cidade, principalmente em favelas e loteamentos irregulares da cidade, vivenciando, seus moradores, uma gama de problemas de cunho ambiental, no âmbito do saneamento básico e outros.

Feitas estas reflexões partimos para o próximo capítulo, onde tomamos como exemplo de estudo duas comunidades com histórias distintas de processos de Regularização Fundiária no Município de São Gonçalo, buscando compreender o processo de Segregação Urbana, tomando como objeto de estudo o Assentamento de Vila Esperança e Favela do Gato.

Cap. 3 – - O processo de Regularização Fundiária do Assentamento Precário Vila Esperança

Como já discutido inicialmente, a construção das moradias para a classe média nos bairros centrais e providos de infraestrutura, relegou à classe com menor poder aquisitivo a morar nas áreas periféricas das cidades, agravando desta forma, os efeitos perversos da segregação espacial e por conseguinte, estes como solução, recorrem a autoconstrução nas áreas vazias da cidade sem assessoria técnica.

E é nesse contexto, que buscamos compreender e analisar o processo de formação e estruturação de dois assentamentos precários no município de São Gonçalo, com o intuito de justificar a necessidade e importância da Regularização Fundiária Plena, ou seja, a intervenção jurídica e urbanística em tais espaços de modo a contribuir com a diminuição das disparidades espaciais. Nesse sentido, nosso intuito é apontar que o atraso nos processos de regularização fundiária ou uma Regularização Fundiária parcialmente executada, ou seja, quando esta não é atrelada jurídica e urbanisticamente, tende a acirrar ainda mais os processos de segregação espacial.

Nossa discussão parte do conceito de Regularização plena como falamos que aborda os seguintes aspectos:

(...) a regularização urbanística e fundiária é entendida enquanto processo que objetiva legalizar a permanência de moradores de áreas urbanas, ocupadas irregularmente para fins de moradia, articulando: (1) o aspecto legal e jurídico da propriedade da terra, (2) o aspecto físico-espacial, em termos do parcelamento, uso e ocupação do solo do assentamento, de modo a garantir suporte físico para a futura instalação dos equipamentos de infra- e superestrutura urbana e outras melhorias no ambiente urbano do assentamento e (3) o aspecto social, de modo a conscientizar os beneficiários da ação sobre as implicações da condição de proprietários da moradia.

Esta abordagem representa uma contribuição para construir a cidadania e buscar reverter o processo de exclusão social (ALFONSIN, apud BIENESTEIN 1997: 157).

3.2 – A experiência de Projeto de Regularização fundiária do Assentamento Vila Esperança

O início da ocupação de Vila Esperança se deu na década de 70, embora a área do mangue começou o seu processo de ocupação na década de 80, estas possibilitadas pelo aterro feito destinado à construção da BR- 10 (Trecho Niterói-Manilha)¹, o qual acarretou em um crescimento sem planejamento e muito menos sem infraestrutura.¹¹

Esse mesmo assentamento é situado em terreno acrescido de marinha e sua ocupação foi impelida devido a construção da BR- 101 supracitada. Conforme Binesntein(2001,p. 161), esta ocupação se deu devido a facilidade de acesso aos centros urbanos de São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro, buscando os moradores, ofertas de emprego que eram geradas nestas municípios. A autora ainda acrescenta que as áreas vizinhas do assentamento possuem uma população caracterizada por renda média e média baixa e por estabelecimentos de comércio varejista, não havendo, portanto, grandes contrastes.

A intervenção pública com intuito de efetivar a Regularização Fundiária no assentamento só ocorrera em 2005, como resposta da articulação e luta para a conquista do título da posse da terra, buscando junto a isso, estrutura mais dignas de moradia.

Cabe ressaltar que a Regularização Fundiária atende a Lei Federal nº 11.977/2009, que foi um marco jurídico de caráter nacional a dispor sobre a regularização fundiária em áreas urbanas de maneira abrangente. *Esta Lei define a Regularização Fundiária como “ conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social á moradia, o pleno*

¹¹O histórico foi reconstituído a partir dos dados recolhidos pelos alunos da disciplina de Projeto de Habitação Popular ministrada pela Professora Regina Bienenstein.

desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.”

A mesma reúne uma grande conquista para a efetivação da Regularização Fundiária Plena dos assentamentos informais, que fazem parte da realidade da maioria das cidades brasileiras. De acordo com o Ministério das Cidades:

Para que a Regularização Fundiária seja plena, a regularização patrimonial deve ser articulada à regularização urbanística, o que implica a execução de obras de urbanização e implantação de serviços públicos e equipamentos comunitários. Além disso, a regularização fundiária deve proporcionar a compatibilização do direito à moradia com a recuperação de áreas degradadas e com a preservação ambiental.

Para somar forças a esta luta, os moradores organizados buscaram a assessoria técnica da universidade para prestarem o apoio na construção de um Projeto de Regularização Fundiária:

Em virtude da luta da população pela posse da terra e por condições de habitação dignas, em 2006 foi iniciado projeto voltado para a regularização fundiária e urbanização do assentamento, possibilitado por acordo de cooperação técnica entre a UFF e a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG). Por se tratar de terras públicas da União, o processo de regularização envolveu também a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Concluídos em 2007 os estudos, projetos técnicos e alvarás de licenças, atualmente busca-se resolver a titulação em favor dos posseiros junto à SPU e viabilizar recursos financeiros que garantam a execução das obras previstas. Nesse sentido, os moradores fizeram duas tentativas para se habilitar aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), mas não obtiveram retorno até o presente momento(BIENENESTEIN, 2001, p. 161).

Nesse ínterim, o projeto buscou elaborar um projeto de intervenção urbanística que necessitou de ajustes técnicos na área construído sem planejamento técnico, e para tanto, a população participou ativamente neste processo, seja

através da interação os mesmos nas visitas de campo, por intermédio das entrevistas, aplicação de questionários, audiências, reuniões, assembleias, etc.



Imagem 1 – Fonte NEPHU- UFF.¹²

A participação popular nos processos de Regularização Fundiária e na luta pela moradia pode ser compreendida, como um espaço que possui ou deve possuir grande caráter educativo “ nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos- quando há negociações, diálogos ou confrontos” (GOHN, 2010, p.333). Para esta autora, que reflete sobre os movimentos sociais¹³, este processo não acontece de forma isolada, mas tem caráter político social.

Este saber popular vinculado ao saber técnico, transforma-se numa potencial estratégia de garantia de direitos e construção de novos rumos na história, onde esta se torna menos desigual. Sobre a participação popular Bienenstein (2001, p.

¹² Foto extraída do artigo: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL: ALGUNS DESAFIOS. Bienenstein, et al Revista: Planejamento e políticas públicas | ppp | n. 37 | jul./dez. 2011.

¹³ Para a autora Movimentos Sociais são o ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (Gohns apudGohn, 2008, p.335).

131) apoiada nos estudos de BENEVIDES (1997) diz que quanto maior for a participação popular, maiores serão as chances de se criar, no povo, a consciência de seus direitos, em seu sentido essencial, de exigências contra outrem” (BENEVIDES, 1997: 96).

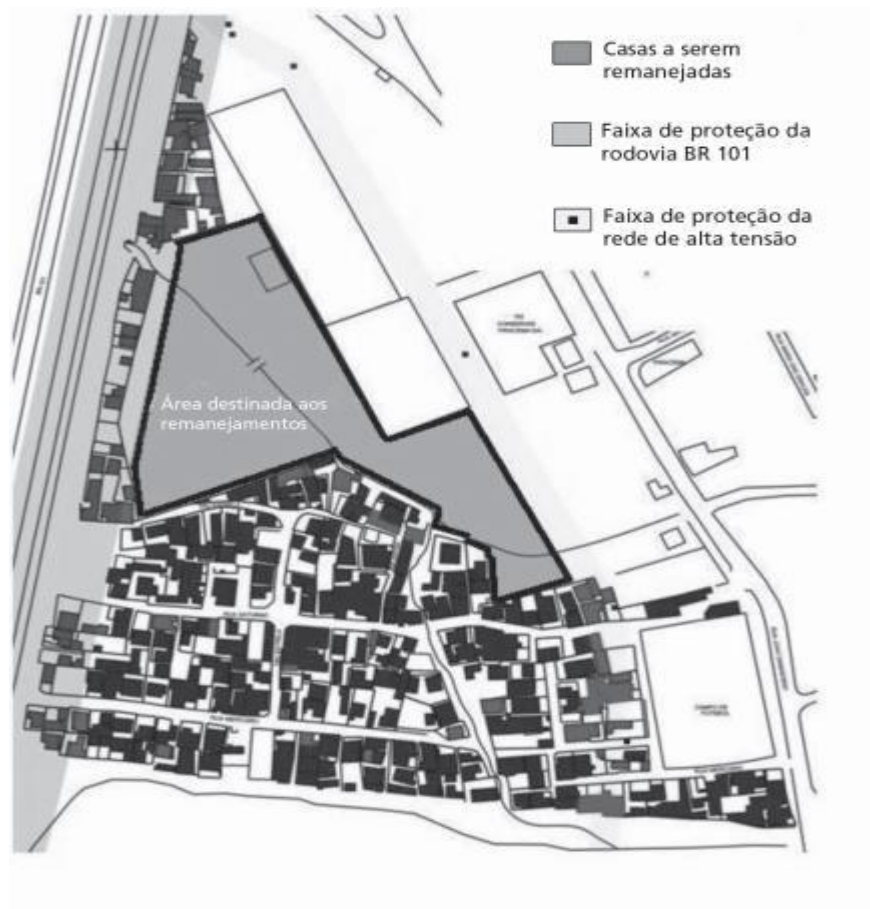
Assim, no ano de 2007, assinou-se um acordo entre a Universidade Federal Fluminense e a Prefeitura que previa, inicialmente, ações com a finalidade de realizar um cadastro socioeconômico de todas as famílias residentes para traçar o perfil das mesmas e coleta de documentação, levantamento de características de uso e ocupação do solo e pesquisa dos múltiplos problemas encontrados no assentamento de Vila Esperança.¹⁴

Assim, junto à população buscou –se alternativas para diversos problemas de infraestrutura encontrados no assentamento de Vila Esperança, que entre outros estão a reconfiguração do sistema viário com alargamento dos trechos estreitados, articulação/abertura de novos trechos de ruas, espaços comunitários de lazer, recreação, espaços para produção e geração de renda, centro comunitário, sistemas de saneamento, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e mobiliário urbano voltado para a coleta de resíduos sólidos, e alternativas dentro da própria comunidade para os remanejados.

Durante a fase de elaboração do diagnóstico físico da comunidade foram encontrados problemas de ordem de saneamento básico e ambiental, casas situadas em locais de risco, dentro das faixas de proteção da Rodovia BR 101, proteção do mangue e proteção de redes de alta tensão, lotes encravados dentro dos quarteirões, estrangulamentos de vias e drenagem insuficiente, moradores com mais de uma posse, imóveis alugados, casas desocupadas, uso misto, comercial e institucional. Conforme mapa:¹⁵

¹⁴ Extraído do Relatório Técnico Proext 2011/ Vila Esperança.

¹⁵ Mapa extraído do artigo: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL: ALGUNS DESAFIOS. Bienenstein, et al Revista: Planejamento e políticas públicas | ppp | n. 37 | jul./dez. 2011.



Após pontuar cada problema, os mesmos foram discutidos e suas respectivas soluções aprovadas em assembleia e por sua vez, encaminhadas a Prefeitura, que também pode acompanhar e aprovar as propostas do decorrer do processo de elaboração do projeto e assim: Foi acordado coletivamente que as famílias localizadas nas faixas marginais de proteção (FMP) de estradas, de rede de alta tensão, de lagoas e de canais seriam reassentadas dentro dos limites dos assentamentos em novos lotes delimitados nos projetos. Foram estabelecidos que na área de remanejamento, os lotes seriam residenciais unifamiliares e multifamiliares com até três pavimentos. Em relação ao saneamento foi prevista a implantação de rede de água e esgoto, pavimentação das vias e calçadas e iluminação pública. Os problemas de inundação serão resolvidos com a melhoria da infraestrutura de drenagem, permitindo assim um melhor escoamento de águas pluviais.¹⁶

¹⁶ Extraído do artigo enviado para a 18ª Semana de extensão da Universidade Federal Fluminense: Planejamento Em Situações De Conflitos Urbanos: O Papel Da Universidade Pública Bienenstein et al, 2013.

Contraditoriamente, percebemos que, apesar da Prefeitura ter arcado com as despesas de elaboração do projeto, a mesma não traçou um planejamento orçamentário para sua execução.

Mais a diante, em 2008, o projeto participou de uma chamada realizada pelo Ministério das Cidades para os Municípios e Estados e com a assessoria do NEPHU a prefeitura encaminhou o projeto que após o processo de seleção foi contemplado com a quantia de R\$ 6.880,00,00 reais.

Em 2010, o projeto passara pela fase de encaminhando da documentação à Caixa e nos mesmo ano a Caixa:

(...) fez várias exigências e conseguinte os ajustes aconteceram e os requisitos foram cumpridos. Logo após, a prefeita Aparecida Panisset assinou o contrato com a contrapartida. A problemática surgiu porque os valores estimados em 2007 deveriam ser ajustados e não seria possível por parte do Ministério, logo, a Prefeitura deveria arcar com o ônus com o valor atual de R\$: 9.823.510,59 reais. A prefeitura se comprometeu em arcar com tal compromisso, mas na hora de inserir o capital, não aconteceu e a verba contemplada em 2008 foi perdida.

A mesma história se repete em 2011 e 2013, que da mesma forma os moradores ainda buscaram insistir em mais tentativas de participação em chamadas públicas e como se não bastasse, a prefeitura perde mais uma vez a verba, contribuindo assim para o processo de desmotivação dos moradores frente ao desejo de ter o objetivo de sua luta concretizado, ou seja, ter o título de posse de suas terras e uma intervenção urbanística na área.

Tal atitude do poder público de descaso a esses moradores, alavanca um processo de desmobilização quanto ao projeto de Regularização Fundiária Plena e a desmobilização da luta pela moradia, reforçando assim, traços de uma política clientelista histórica e eleitoreira que promove intervenções pontuais na comunidade que servem como barganha política, deixando de lado uma intervenção de cunho estrutural e assim mais eficaz.

Ao passo que o projeto de Regularização Fundiária é deixado de lado, amplia-se cada vez mais o adensamento na comunidade, tal processo também é acompanhado de verticalizações, devido ao grande atraso das ações da Prefeitura. Por esse motivo, o Projeto reformulado inicialmente e os levantamentos feitos pela equipe técnica junto a comunidade precisam, por sua vez, ser renovados, acarretando de tempo em tempo em um novo levantamento, haja vista a necessidade de atualização espacial e documental do projeto, o que torna tal projeto ainda mais complexo.

Neste caso, embora o país disponha de um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a exemplo do observado nos dois municípios, para Bienestein (2011) parte significativa dos municípios brasileiros não tem uma política habitacional clara, com diretrizes, metas e fontes de recursos definidas para assegurar o direito à moradia aos trabalhadores de menor poder aquisitivo. Para a autora esta realidade poderá ser alterada com a obrigatoriedade dos municípios elaborarem seus planos de habitação para terem acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) (2011, p. 178)

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo traçar uma breve análise do processo de segregação urbana no município de São Gonçalo, localizado no Estado do Rio de Janeiro, buscando discorrer inicialmente sobre o seu significado e as formas de segregação ao longo da história.

A priori vimos que, a concentração de classes de poder ainda em número, pequenas, em um território separado da metrópole é uma evidência relevante para a nossa compreensão a respeito da distribuição espacial dos recursos públicos e as formas de regulação urbana que orientam as estratégias do setor imobiliário (Lago e Cardoso, 2010,p. 3)

Sendo assim, percebemos através do exposto nos capítulos discorridos que, São Gonçalo, município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, é exemplo de um município com grandes desigualdades sociais, quando comparado a oferta de serviços das áreas centrais do Rio de Janeiro, como podemos ver, por exemplo, a oferta do abastecimento de água no município do Rio de Janeiro em 2010 abrangia 98,16% de sua população, enquanto São Gonçalo, no mesmo ano, apenas 75,17% do total de domicílios atendidos.

Deste modo, fundamentados em autores como Magalhães (2011), não devemos cair no senso comum de que tais desigualdades ou a “negligência” do Estado no que tange a oferta de tais serviços nessas regiões mais pauperizadas como São Gonçalo seja vista como ineficiência do mesmo ou desrespeito à lei mas devem ser compreendidas em sua essência, ou seja, são estratégias astutamente articulada, que objetivam manter um controle sobre tais populações.

Nesse sentido, ao serem ocupadas historicamente a zona sul e norte pelas classes médias acompanhadas da valorização imobiliária pelo Estado, restou a classe proletária a ocupação em áreas mais afastadas das áreas consideradas nobres, morando assim, em lugares os quais, não houve esforço do Estado no provimento de serviços públicos de forma adequada às necessidades básicas da população, sendo as habitações dessa parcela da população marcada pela autoconstrução.

Assim, o trabalho buscou enquanto recorte espacial, a exemplo de estudo de desigualdade entre centro/ periferia, o município de São Gonçalo o qual tem sua história muito próxima ao processo de formação do país.

Nosso intuito ao resgatar a história de São Gonçalo, foi compreender o processo de formação do mesmo buscando compreender como o processo segregacional se acentuou no município.

Assim, podemos ver, tal município desenvolveu uma certa prosperidade na qual Neves tem grande destaque, o qual foi acolhedor de grandes investimentos, principalmente no que tange à urbanização da cidade entre outras importantes áreas para o desenvolvimento social, cultural e econômica para a cidade.

Apesar deste avanço para o município, é possível perceber através da leituras dos autores estudados, que para além de inicialmente não haver um projeto de planejamento urbano capaz de prever as necessidades das crescentes demandas populacionais que usufruíam do espalho urbano, contudo, anos depois, o município deu uma certa atenção aos trabalhadores buscavam empregos nas industriais que começavam a ser instaladas no município na década de 30, no que diz respeito às habitações proletárias.

Nesse sentido, é necessário perceber que para além de não se efetivar um planejamento prévio de nossas cidades, os mecanismos de concentração de terras em nossa sociedade capitalista, destinam as mesmas à especulação fundiária, relegando a parcela da classe trabalhadora às áreas informais de nossa cidade

Embora São Gonçalo tenha experimentado um momento de crescimento de indústrias concomitante à vinda da mão de obra trabalhadora para estas e que buscaram se instalar na região, ampliando com isso, significativamente o seu quantitativo populacional, tal município vive um declínio desse momento próspero quando as indústrias até então instaladas na cidade, fecham as suas portas como consequência da reestruturação produtiva. Assim, São Gonçalo ainda apresenta, uma grande percentual de trabalhadores que executam trabalhos manuais, a saber , 62% no ano de 2010 e apresentam baixo índice de ocupação em categorias superiores e médias do trabalho, entre 10% e 29% respectivamente no ano de 2010.

Nesse contexto, a ocupação das áreas metropolitanas periféricas se amplia, principalmente nos assentamentos precários, o que demonstra a dificuldade econômica da população de baixa renda adquirir espaços para moradia nas áreas formais da cidade devido a forte pressão da especulação imobiliária, haja vista o alto valor do imóvel nas áreas centrais, que podem ser percebidos através da análise da renda média dos chefes que possuem imóveis próprios quitados ou a prestação localizados em áreas como Botafogo – renda média em 2010 R\$ 9, 542 e 11,468 reais respectivamente, Copacabana 8, 827 (Quitado) e 11, 468, (Prestação), Barra da Tijuca,- 11, 586 (Quitado) e 14,918 (Prestação) e Niterói- 5,700 (Quitado) e 8,521 (Prestação),

Em contraste, a renda média dos chefes ocupados segundo condições de ocupação do domicílio no município de São Gonçalo, uma área periférica metropolitana, que possuem o imóvel quitado em 2010 é de 2,247 reais, a prestação no mesmo ano é de 3,297(LAGO E CARDOSO, 2010)

Desta forma, partimos para uma breve análise de duas experiências de Regularização Fundiária em dois assentamentos do Município de São Gonçalo entendendo –se ser esta necessária para a efetivação de direitos inerentes a segurança jurídica da terra para a população mais vulnerabilizada economicamente.

A partir do breve estudo do processo de Regularização Fundiária do assentamento de Vila Esperança percebemos que através da luta de seus moradores com o apoio da Universidade Federal Fluminense, esta conseguiu avançar de certa forma em relação ao processo de Regularização Fundiária, a nível de projeto e organização comunitária.

No entanto, o atraso ou a não efetivação da Regularização Fundiária por parte dos gestores públicos à frente do município acentuam ainda mais, a nosso ver os processos de segregação urbana, segregação esta que já é possível perceber mesmo se tratando da área formal do município de São Gonçalo, o que vem a aprofundar ainda mais estas disparidades em se tratando de áreas informais do município que carecem de infraestrutura e serviços públicos de qualidade que atendam às demandas da população.

Neste caso, embora o país disponha de um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a exemplo do observado nos dois municípios, para Bienestein (2011) parte significativa dos municípios brasileiros não tem uma política habitacional clara, com diretrizes, metas e fontes de recursos definidas para assegurar o direito à moradia aos trabalhadores de menor poder aquisitivo. Para a autora esta realidade poderá ser alterada com a obrigatoriedade dos municípios elaborarem seus planos de habitação para terem acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) (2011, p. 178)

Através do resgate de leituras que versam também essa experiência, como Binestein (2011) verificou-se que a maioria dos técnicos não pertence ao quadro permanente da administração local, predominando cargos em comissão que, por sua natureza, têm alta rotatividade, tornando-se um impasse a implementação de políticas consequentes da capacitação dos gestores locais.

A respeito dos desafios que atravessam esse processo de Regularização Fundiária, a precariedade da organização das secretarias municipais torna-se um entrave, uma vez que, os municípios não dispõem de levantamentos georreferenciados a respeito dos assentamentos, e assim não há preocupação em se munir de informações a respeito das áreas informais da cidade objetivando um melhor planejamento e elaboração de políticas públicas.

Tais níveis de segregação, ao nosso ver acabam por se acentuar ainda mais, uma vez que dentro de tais assentamentos, não se tem acesso a educação, cultura, lazer, esporte, entre muitos outros, reduzindo assim, as chances destes moradores ingressarem no mercado de trabalho, por exemplo, que os demais, moradores de áreas formais e tal desigualdade aumenta ainda mais em se comparando aos centros urbanos valorizados pelo grande capital.

Assim, embora tal assentamento tenha conquistado o título de posse, recendo com isso uma segurança jurídica no que diz respeito à sua terra e passado pelo processo de Regularização Fundiária, recebendo no período do mesmo as intervenções necessárias para o prosseguimento da mesma, a comunidade assim como Vila Esperança, estão abandonadas pelo Poder Público no que tange a oferta de infraestrutura no local e oferta de serviços públicos, acentuando ainda mais a segregação espacial nas cidades periféricas.

Por esse motivo se faz tão necessária a organização dos moradores de tais espaços, como um processo emancipatório dos mesmos, para que cobrem dos gestores municipais e órgãos responsáveis seus direitos de usufruírem de uma cidade mais democrática e menos desigual, onde o poder de barganha política com

fins eleitoreiros não tenha mais vez na conquista dos interesses das populações mais vulnerabilizadas.

Referências Bibliográficas

BRASSIL. Ministério das Cidades. **Regularização Fundiária Urbana: Como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009**- Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Brasília, 2010.

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito à Moradia: Instrumentos e Experiências de Regularização Fundiária nas cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, FASE-GTZ-IPPUR/UFRJ-Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1997.

BIENESTEIN, Regina. Redesenho Urbanístico e Participação Social em Processos de Regularização Fundiária. Tese de Doutorado, FAU/USP, São Paulo, 2001

BONDUKI, Nabil Georges; ROLNIK, Raquel. **Periferias: Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: FAUUSO- Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979

BRAGA, M. N. C. **O município de São Gonçalo e sua história**. Rio de Janeiro, Ed.Falcão.

GONÇALVES, Thiago Giliberti Bersot. **Periferias segregadas, segregação nas periferias: Por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo**. RJ. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas.**, São Paulo, Espaço & Debates, n. 06, ano II, 1982, p. 06-35.

IBGE. **Aglomerados Subnormais, Informações Territoriais**. Acessado através do link:

KOWARICK, Lucio. **A espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção Estudos brasileiros; v.44), 1979.

LAGO, Luciana; Cardoso, Adauto. **A dinâmica imobiliária na organização social do território metropolitano do Rio de Janeiro. Versão Preliminar. Artigo trabalhado na Disciplina de Sociologia Urbana.** IPPUR, 2014

MACHADO, Fábio Nunes. **A atuação do poder público na construção do espaço urbano Gonçalense, entre os anos 1920-1950.** São Gonçalo, Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002

MAGALHÃES, Alex Ferreira. A constituição da propriedade imobiliária em favelas e seus processos de formalização. In: MELLO, Marco Antonio da Silva et ali (org0. **Favelas Cariocas ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012,p. 279-309.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz . **Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras.** CADERNOS METRÓPOLE, N. 13, pp. 47-70, 1º sem. 2005.

SILVA, Ricardo Toledo. A conectividade das redes de infra-estrutura e o espaço urbano de São Paulo nos anos 90. Tecnologia e Gestão da Infra-estrutura Regional e Urbana. Notas de aula. Texto provisório. FAUUSP, 1999.

TOPALOV, C. “Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX” In: RIBEIRO, L.C.Q. & PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, p. 23-51

VETTER, David Michael; MASSENA, Rosa Maria. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? Uma teoria de causação circular. In: MACHADO DA SILVA, Luís Antonio (org.) Solo urbano. Tópicos sobre o uso da terra. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 49-77.

Sites consultados:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>

